



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

XTB S.A.

A presente Política de Privacidade visa dar cumprimento às nossas obrigações de informação que decorrem dos Artigos 13.º e 14.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), (doravante “RGPD”).

Pedimos-lhe que leia com atenção a presente Política de Privacidade.

1. QUEM É O RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS SEUS DADOS?

O responsável pelo tratamento dos seus dados é a XTB S.A. com sede em Prosta 67, 00 -838 Varsóvia, Polónia, (doravante designada por “XTB”).

2. COMO PODE CONTACTAR A XTB?

Pode contactar a XTB:

1. através de correio eletrónico: sales@xtb.pt,
2. por telefone: +351 211 222 980,
3. por carta: Praça Duque de Saldanha, Edifício Atrium Saldanha, Piso 9 Fração B 1050-094 Lisboa.

Informamos que a XTB nomeou um Encarregado da Proteção de Dados que pode contactar para questões relacionadas com o tratamento de dados pessoais:

1. através de correio eletrónico: support@xtb.pt.

3. COMO RECOLHEMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS E QUE CATEGORIAS DE DADOS TRATAMOS?

Recolhemos dados pessoais diretamente do titular dos dados. Dependendo da situação específica, podemos também recolhê-los junto de entidades a quem tenha dado o seu consentimento para fornecer esses dados (por exemplo, entidades que co-organizam eventos educativos connosco) ou junto de pessoas que o representem com base numa procuração.

A partir das fontes referidas no parágrafo anterior, poderemos recolher a seguinte informação: dados pessoais que permitam identificar o titular, dados de contacto, dados sociodemográficos (isto é, informação sobre emprego, nível de escolaridade), dados referentes a liquidações perante as autoridades tributárias (isto é, repartição fiscal competente e número de identificação fiscal, no caso de trabalhadores independentes) e número de conta bancária.

Caso o titular dos dados solicite a qualificação como investidor profissional, também poderemos tratar os dados relativos à respetiva experiência profissional e ao conhecimento dos produtos e serviços financeiros, certificações profissionais detidas pelo titular dos dados, habilitações e demais informação relativa a ativos e investimentos.

Caso o titular dos dados seja um empresário, obtemos informação a partir de fontes acessíveis ao público, isto é, registos de empresas e outras pessoas coletivas, Registo Central de Beneficiários Efetivos ou de fontes semelhantes, bem como a partir de entidades privadas e agências de informação empresarial que recolhem e disponibilizam informação acerca de empresários. A recolha desta informação é necessária, em particular, para a celebração do contrato e para o cumprimento de obrigações legais referentes, nomeadamente, à prevenção do branqueamento de capitais.

Em casos excecionais, podemos obter informações sobre si através de denunciante.

Em acréscimo, recolhemos dados pessoais, através das mesmas fontes, relativos às pessoas que representam ou agem em nome do titular dos dados, bem como do junto do titular.



4. PARA QUE FINALIDADES TRATAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

CLIENTES

Finalidade do tratamento de dados	Descrição	Fundamento de licitude do tratamento de dados	Período de conservação dos dados
Diligências pré-contratuais e execução de um contrato	<p>A seu pedido, a XTB adota diligências previamente à prestação de serviços de intermediação financeira.</p> <p>A XTB executa o contrato de intermediação financeira, incluindo a verificação da sua identidade, abertura e gestão da conta, processamento dos pedidos de depósito e levantamento, gestão da relação consigo através de comunicação eletrónica, telefone ou chat, execução de transações em instrumentos financeiros.</p>	<p>O tratamento é necessário para a execução do contrato no qual o titular dos dados é parte ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados (Artigo 6.º n.º 1 alínea b) do RGPD).</p> <p>Relativamente à utilização da imagem biométrica biométrica, a base jurídica para o tratamento de dados é o seu consentimento explícito (artigo 9.º, n.º 2, alínea a), do RGPD).</p>	<p>Se é titular de uma conta de investimento junto da XTB, os seus dados pessoais serão conservados durante a vigência do contrato. Após a cessação do contrato, a XTB irá tratar os seus dados pelo período de prescrição previsto na lei.</p> <p>Por outro lado, se tiver iniciado o processo de abertura de uma conta com a XTB mas não o tiver concluído, o período para o processamento dos seus dados pessoais será de 60 dias a partir do início do processo de abertura da conta de investimento.</p>
Adoção de medidas após receção de uma queixa, reclamação ou outro pedido.	Análise, pela XTB, das queixas, reclamações ou outros pedidos submetidos por si.	<p>O tratamento de dados pessoais é necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas a que a XTB está sujeita e que decorrem, nomeadamente, do regime jurídico aplicável ao Livro de Reclamações (Artigo 6 n.º 1 alínea c) do RGPD).</p> <p>O tratamento de dados pessoais é necessário para a execução do contrato, caso o titular de dados seja nosso cliente e o fundamento de licitude referido no parágrafo anterior não seja aplicável (Artigo 6.º n.º 1 alínea b) do RGPD).</p>	<p>Neste caso, o período de conservação dos seus dados será o necessário à gestão da queixa, reclamação ou outro pedido submetido por si, em conformidade com o contrato ou com a lei.</p> <p>Este período poderá ser prorrogado pelo prazo de prescrição previsto na lei.</p>
Cumprimento das obrigações jurídicas em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, incluindo definição de perfis.	Registo das transações pela XTB, bem como avaliação do risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e aplicação de medidas de segurança financeira (tais como verificação da identidade do cliente e beneficiário efetivo) de forma a prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, bem como documentação inerente.	O tratamento de dados pessoais é necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a XTB está sujeita (Artigo 6 n.º 1 alínea b) do RGPD).	Conservamos: (a) cópias de documentos e informação obtida em resultado da aplicação de medidas de segurança financeira; (b) evidência das transações e registo das mesmas, incluindo documentos originais, documentos ou cópias dos



			<p>documentos necessários à identificação das transações, pelo período de 5 anos a partir da data da cessação do contrato ou da data em que foram realizadas transações ocasionais.</p> <p>Conservamos o resultado das avaliações de risco e da relação comercial pelo período de 5 anos a partir da data em que foram realizadas.</p>
<p>Cumprimento das obrigações decorrentes das regras aplicáveis às atividades de intermediação financeira</p>	<p>Cumprimento, por parte da XTB, das obrigações inerentes às atividades de intermediação financeira, tais como: gravação de chamadas telefónicas, registo de comunicações por correio eletrónico, determinação da categoria/classificação do cliente (quer seja um cliente não profissional, profissional ou contraparte elegível), definição de perfis com a finalidade de identificar o público-alvo, avaliação da adequação e apropriabilidade dos serviços, cumprimento de obrigações respeitantes à recolha de determinada informação (por exemplo, declarações incluídas no questionário DMIF II).</p>	<p>O tratamento de dados pessoais é necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas a que a XTB está sujeita (Artigo 6 n.º 1 alínea c) do RGPD).</p>	<p>O período durante o qual os seus dados são armazenados decorre de disposições regulamentares específicas. Por exemplo, nos termos da Lei da Transação de Instrumentos Financeiros, o período de conservação dos dados elaborados, transmitidos ou recebidos em conexão com a prestação de serviços de intermediação financeira, é de 5 anos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao ano em que os documentos ou suporte informativo foram compilados ou recebidos.</p>
<p>Cumprimento de outras obrigações legais, tais como fiscais ou contabilísticas</p>	<p>Cumprimento pela XTB de outras obrigações jurídicas, nomeadamente: cumprimento de obrigações relativas à recolha de determinada informação e verificação (por exemplo: declarações relativas à FATCA, CRS, EMIR, RMIF), preparação de relatórios relativos a transações e apresentação dos mesmos às instituições financeiras competentes e autoridades de supervisão.</p>	<p>O tratamento de dados pessoais é necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas a que a XTB está sujeita (Artigo 6 n.º 1 alínea c) do RGPD).</p>	<p>O período durante o qual armazenamos os seus dados pessoais decorre de disposições regulamentares específicas. Por exemplo, de acordo com a legislação fiscal, somos obrigados a conservar as suas declarações fiscais por um período de 5 anos a contar do final do ano civil em que o prazo de pagamento do imposto cessou.</p>
<p>Defesa de direitos em processos judiciais ou extra-judiciais, incluindo a apresentação de ações ou de defesa contra reclamações</p>	<p>Adoção de ações relacionadas com a defesa de direitos da XTB em processos judiciais ou extra-judiciais ou a defesa contra reclamações</p>	<p>O tratamento de dados pessoais é necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela XTB, que consistem na possibilidade de apurar ou apresentar ações, bem como defender-se contra reclamações/pedidos (o fundamento de licitude é o Artigo 6.º n.º 1 alínea f) do RGPD) em ligação com o artigo 9.º, n.º 2, alínea f), do RGPD).</p>	<p>O prazo de prescrição encontra-se fixado pela lei. Por exemplo, nos termos do Código Civil Português, o prazo normal de prescrição é de 20 anos.</p>



Contato com o titular dos dados para envio de informações de marketing (se permitidas), através dos meios de comunicação disponíveis, tais como correio eletrônico, SMS e telefone.	A XTB leva a cabo atividades destinadas à promoção de produtos e serviços e comunicações de marketing através dos canais consentidos por si.	O fundamento de licitude para o tratamento dos dados pessoais dos clientes são os interesses legítimos prosseguidos pela XTB (Artigo 6.º n.º 1 alínea d) do RGPD e Artigo 13.º-A n.º 3 da Lei n.º 41.º/2004, de 18 de agosto), que consistem na possibilidade de promoção (marketing direto) dos respetivos produtos e serviços.	Os dados são tratados para esta finalidade enquanto subsistir a relação contratual, a não ser que o titular se oponha ao tratamento de dados para efeitos de marketing.
Manter o contacto, marcar reuniões e responder a todas as perguntas enviadas.	Tomar medidas para manter o contacto com o cliente e responder a quaisquer questões colocadas.	O processamento de dados pessoais é necessário para prosseguir um interesse legítimo da XTB que consiste em tomar medidas para manter o contacto com o cliente e responder a quaisquer questões fornecidas (Artigo 6(1)(f) do RGPD).	Os dados pessoais podem ser tratados até que as perguntas sejam respondidas ou os pedidos de indemnização tenham expirado.
Investigação e melhoria da qualidade dos serviços	Realização de atividades analíticas destinadas a verificar e melhorar a qualidade dos serviços	O processamento de dados pessoais é necessário para implementar o interesse legítimo da XTB que consiste em verificar e melhorar a qualidade dos serviços (Artigo 6(1)(f) do GDPR).	Os dados pessoais podem ser tratados até que o utilizador se oponha.

POTENCIAIS CLIENTES

Finalidade do tratamento de dados	Descrição	Fundamento de licitude do tratamento de dados	Período de conservação dos dados
Contato com o titular dos dados para envio de informações de marketing (se permitidas), através dos meios de comunicação disponíveis, tais como correio eletrônico, SMS e telefone.	A XTB leva a cabo atividades destinadas à promoção de produtos e serviços e comunicações de marketing através dos canais consentidos por si.	O fundamento de licitude para o tratamento de dados é o consentimento do potencial cliente (Artigo 6.º n.º 1 alínea a) do RGPD).	Até o titular retirar o consentimento ou o responsável pelo tratamento considerar que os dados já não são adequados ou pertinentes.
Configuração da conta de demonstração (demo).	Promoção de produtos e serviços da XTB (por exemplo da oferta educacional da Trading Academy e análises de mercado na plataforma XStation), bem como comunicações de marketing através dos canais por si consentidos.	O fundamento de licitude para o tratamento de dados pessoais é o consentimento do potencial cliente (Artigo 6.º n.º 1 alínea a) do RGPD).	Até o titular retirar o consentimento ou o responsável pelo tratamento considerar que os dados já não são adequados ou pertinentes.
Adoção de medidas após receção de uma queixa, reclamação ou outro pedido.	Análise, pela XTB, das queixas, reclamações ou outros pedidos submetidos por si.	O tratamento de dados é necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela XTB que consiste na análise a	Neste caso, o período de conservação dos seus dados será o necessário à gestão da queixa, reclamação ou outro pedido submetido por si, em



		<p>resposta às queixas, reclamações ou outros pedidos submetidos por si (Artigo 6.º n.º 1 alínea f) do RGPD).</p> <p>Em alguns casos, o tratamento de dados pessoais é necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas a que a XTB está sujeita e que decorrem, nomeadamente, do regime jurídico aplicável ao Livro de Reclamações (Artigo 6 n.º 1 alínea c) do RGPD).</p>	<p>conformidade com o contrato ou com a lei.</p> <p>Este período poderá ser prorrogado pelo prazo de prescrição previsto na lei.</p>
<p>Manter o contacto, marcar reuniões e responder a todas as perguntas enviadas.</p>	<p>Tomar medidas para manter o contacto com o cliente e responder a quaisquer questões colocadas.</p>	<p>O processamento de dados pessoais é necessário para prosseguir um interesse legítimo da XTB que consiste em tomar medidas para manter o contacto com o cliente e responder a quaisquer questões fornecidas (Artigo 6(1)(f) do RGPD).</p>	<p>Os dados pessoais podem ser tratados até que as perguntas sejam respondidas ou os pedidos de indemnização tenham expirado.</p>
<p>Defesa de direitos em processos judiciais ou extrajudiciais, incluindo a apresentação de ações ou de defesa contra reclamações</p>	<p>Adoção de ações relacionadas com a defesa de direitos da XTB em processos judiciais ou extrajudiciais ou a defesa contra reclamações</p>	<p>O tratamento de dados pessoais é necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela XTB, que consistem na possibilidade de apurar ou apresentar ações, bem como defender-se contra reclamações/pedidos (o fundamento de licitude é o Artigo 6.º n.º 1 alínea f) do RGPD).</p>	<p>Prazo de prescrição dos procedimentos a iniciar pela XTB ou contra a XTB previsto na lei.</p>
<p>Cumprimento das obrigações decorrentes dos regulamentos sobre a realização de atividades de corretagem.</p>	<p>Cumprimento por parte da XTB das obrigações decorrentes dos regulamentos sobre o exercício das atividades de corretagem, tais como, por exemplo: gravação de conversas telefónicas e correspondência por correio eletrónico e o respetivo arquivo.</p>	<p>O tratamento de dados pessoais é necessário para cumprir a obrigação legal da XTB (artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD).</p>	<p>O período durante o qual os seus dados pessoais são armazenados resulta de regulamentos individuais. Por exemplo, de acordo com a Lei de Negociação de Instrumentos Financeiros, o período pelo qual armazenamos os seus dados elaborados, transmitidos ou recebidos em ligação com a prestação de serviços de corretagem é de 5 anos, contados a partir do primeiro dia do ano seguinte ao ano em que os documentos ou suportes de informação foram compilados ou recebidos.</p>



CONTRATANTES E REPRESENTANTES

Finalidade do tratamento de dados	Descrição	Fundamento de licitude do tratamento de dados	Período de conservação dos dados
Verificar a exatidão da autorização para agir em nome do contratante e entrar em contacto em questões relacionadas com a execução do contrato.	Realização de ações pela XTB destinadas a verificar a exatidão da autorização para agir em nome do contratante, incluindo a verificação dos dados acima referidos em registos públicos e o contacto em questões relacionadas com a execução do contrato.	A base legal para o processamento de dados pessoais é: no caso dos proprietários da empresa - execução do contrato (Artigo 6(1)(b) do RGPD) – no caso de representantes e pessoas que contactam a empresa - o interesse legítimo da XTB (Artigo 6(1)(f) do RGPD).	Duração do contrato celebrado ou até à conclusão das negociações.
Cumprimento de obrigações decorrentes de outras disposições legais, por exemplo, fiscais e contabilísticas.	Cumprimento pela XTB de obrigações decorrentes de outras disposições legais, tais como: cumprimento de obrigações no âmbito da recolha de informação específica e verificação de clientes (e.g. declarações relacionadas com FATCA, CRS, EMIR, MIFIR), criação de relatórios relativos a transações de contratos celebrados e envio dos mesmos às instituições financeiras e autoridades de supervisão adequadas.	O processamento de dados pessoais é necessário para cumprir obrigação legal imposta à XTB (Artigo 6(1)(c) do GDPR).	O período de armazenamento dos seus dados pessoais depende dos regulamentos de dados individuais. Por exemplo, de acordo com a lei fiscal, temos a obrigação de armazenar a sua documentação fiscal por um período de 5 anos a contar do final do ano civil em que terminou o prazo de pagamento do imposto.
Estabelecer e prosseguir reclamações ou defender-se de reclamações.	Tomar medidas relacionadas com o estabelecimento e a prossecução de reivindicações pela XTB ou tomar medidas para se defender contra reivindicações contra a XTB.	O processamento de dados pessoais é necessário para implementar o interesse legítimo da XTB, que consiste na possibilidade de estabelecer ou prosseguir reivindicações, bem como defender-se de reivindicações contra a XTB (base legal: Artigo 6(1)(f) do GDPR).	O prazo de prescrição para reclamações devidas à XTB ou contra a XTB está previsto na lei.

UTILIZADORES DO SÍLIO WEB E DA APLICAÇÃO

Finalidade do tratamento de dados	Descrição	Fundamento de licitude do tratamento de dados	Período de conservação dos dados
Assegurar a correcta prestação de serviços através do sítio Web/aplicação.	A utilização de cookies destina-se a garantir o bom funcionamento do sítio Web e da aplicação, bem como a permitir a prestação de serviços em linha em conformidade com a regulamentação.	O processamento é necessário para executar um contrato do qual é parte ou para tomar medidas a seu pedido antes de concluir um contrato (Artigo 6(1)(b) do RGPD).	Até os cookies serem eliminados do dispositivo. Pode encontrar informações pormenorizadas sobre a retenção na política de cookies.
Analítica.	A utilização de cookies permite-nos medir o número de visitas e recolher informações sobre as fontes de tráfego, de modo a podermos melhorar o desempenho do nosso sítio Web e da nossa aplicação. Ajudam-nos também a compreender quais as páginas e funcionalidades mais populares ou como os visitantes navegam nelas.	O tratamento de dados pessoais é necessário para fins legalmente justificados do interesse da XTB, que consiste em melhorar a qualidade dos serviços prestados (base jurídica: Artigo 6(1)(f) do RGPD).	Até que o objetivo seja alcançado, o utilizador expressa a sua objeção ou elimina os cookies do seu dispositivo.



Publicidade.	Podemos utilizar anúncios que aparecem noutros sítios Web para promover determinados serviços, artigos ou eventos.	A base jurídica para o tratamento de dados pessoais neste caso é o consentimento para o tratamento de dados pessoais (artigo 6.º, n.º 1, alínea a), do RGPD).	Até que o objetivo seja alcançado, o utilizador expressa a sua objeção ou elimina os cookies do seu dispositivo.
--------------	--	---	--

BENEFICIÁRIOS EFECTIVOS

Finalidade do tratamento de dados	Descrição	Fundamento de licitude do tratamento de dados	Período de conservação dos dados
Cumprimento das obrigações decorrentes das disposições relativas à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo no que respeita à identificação do beneficiário efetivo.	Tomar medidas para determinar o beneficiário efetivo do Cliente.	O processamento de dados pessoais é necessário para cumprir a obrigação legal imposta à XTB (Artigo 6(1)(c) do RGPD).	Um período de 5 anos a contar da data de cessação das relações comerciais com o Cliente ou em que foram efetuadas transações ocasionais.

REPÓRTERES/DENUNCIANTES

Finalidade do tratamento de dados	Descrição	Fundamento de licitude do tratamento de dados	Período de conservação dos dados
Atender as pessoas que comunicam violações da lei e efetuar uma análise.	Tratamento de todos os sinais relativos a infrações à lei, na medida do necessário para executar uma tarefa de interesse público.	O tratamento é necessário para o desempenho de uma tarefa de interesse público. (Artigo 6(1)(e) do RGPD em ligação com a piada. 9 secção 2(g) do GDPR).	A documentação pode ser conservada por um período de 5 anos, a contar do primeiro dia do ano seguinte àquele em que os documentos ou suportes de informação foram elaborados ou recebidos.

PERSON TO WHOM THE REPORT IS CONCERNED

Finalidade do tratamento de dados	Descrição	Fundamento de licitude do tratamento de dados	Período de conservação dos dados
Atender as pessoas que comunicam violações da lei e efetuar uma análise.	Tratamento de todos os sinais relativos a infrações à lei, na medida do necessário para executar uma tarefa de interesse público.	O tratamento é necessário para o desempenho de uma tarefa de interesse público. (Artigo 6(1)(e) do RGPD em ligação com a piada. 9 secção 2(g) do GDPR).	A documentação pode ser conservada por um período de 5 anos, a contar do primeiro dia do ano seguinte àquele em que os documentos ou suportes de informação foram elaborados ou recebidos.

5. COM QUEM PARTILHAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

Entidades cooperantes

A XTB poderá partilhar informação com entidades cooperantes, isto é, entidades detidas ou controladas ou sob controle comum ou que cooperem com a XTB. Estas incluem, em particular, bancos, empresas de investimento, auditores, prestadores de outros serviços financeiros, companhias de tecnologias da informação, consultores ou serviços de correios, apenas na medida do necessário para realizar essa cooperação.

Processadores de dados pessoais

A XTB transfere os seus dados pessoais, a entidades prestadoras de serviços e tratamento dos seus dados por conta da XTB, ou seja, prestadores de serviços e soluções informáticas nas seguintes categorias: ferramentas informáticas de CRM (customer management), ferramentas informáticas para vídeo-verificação da identidade do cliente e verificação dos documentos do cliente, ferramentas para envio de e-mails e ferramentas para gestão e gravação de chamadas telefónicas. As entidades às quais a XTB fornece os dados não são os responsáveis pelo tratamento dos seus dados; em cada um dos casos acima, a XTB continua sendo



o controlador dos dados. Os dados são processados pelos provedores acima mencionados com base num contrato de processamento de dados com a XTB e apenas de acordo com suas instruções.

Localização

Dependendo das atividades desenvolvidas pela XTB, a prestação dos serviços pode exigir que os dados pessoais sejam transferidos pela XTB para entidades que prestam serviços à XTB em outros países, incluindo países fora do Espaço Económico Europeu. Em caso de transferências para países que não asseguram um nível de proteção adequado, a XTB adota garantias adequadas, designadamente os instrumentos legais previstos no RGPD, tais como, *inter alia*, decisões de adequação da Comissão, cláusulas-tipo de proteção de dados aprovadas pela Comissão ou pela autoridade de controlo de um Estado-Membro, códigos de conduta setoriais ou regras vinculativas aplicáveis às empresas.

O titular dos dados tem o direito de obter uma cópia dos respetivos dados.

Autoridades públicas

A pedido e nos termos da lei, a XTB disponibilizará dados pessoais a autoridades públicas, tais como autoridades e entidades responsáveis pela aplicação da lei, autoridades tributárias, tribunais e autoridades designadas para a proteção de dados pessoais.

6. QUAIS OS SEUS DIREITOS?

Direito de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais

Nos termos do Artigo 21.º do RGPD, o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados que lhe digam respeito com base nos interesses legítimos da XTB, tal como o tratamento para fins de marketing de produtos e serviços. Quando os seus dados pessoais forem tratados para fins de marketing direto, o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados que lhe digam respeito para os efeitos de marketing direto, o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com o marketing direto. Caso o titular dos dados se oponha ao tratamento para fins de marketing direto, os dados pessoais deixam de ser tratados pela XTB para esse fim.

Direito à limitação do tratamento

Nos termos do Artigo 18.º do RGPD, o titular dos dados tem o direito de obter da XTB a limitação do tratamento, se se aplicar uma das seguintes situações:

- Contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita à XTB verificar a sua exatidão;
- O tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados e solicitar, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- A XTB já não precisar dos dados para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- Se tiver oposto ao tratamento, durante o período necessário a determinar se os motivos legítimos da XTB prevalecem sobre os do titular dos dados.

Direito de acesso, de retificação e ao apagamento dos dados pessoais

O Artigo 15.º do RGPD estabelece que o titular dos dados tem o direito de obter da XTB a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são objeto de tratamento. Se for esse o caso, o titular dos dados tem o direito de aceder aos seus dados pessoais e, nomeadamente, informação sobre as finalidades do tratamento, as categorias de dados pessoais em questão, o prazo previsto de conservação dos dados ou, se não for possível, os critérios usados para fixar esse prazo, os direitos ao abrigo do RGPD, o direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo, informação disponível sobre a origem dos dados e se os dados foram ou não recolhidos diretamente do titular, a existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis referida no Artigo 22.º n.º 1 e n.º 4 do RGPD e, pelo menos nestes casos, informações úteis relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular de dados. Em acréscimo, o titular tem o direito de ser informado das garantias adequadas, nos termos do Artigo 46.º do RGPD relativo à transferência de dados. Tem ainda o direito a receber uma cópia dos dados pessoais em fase de tratamento e de informar a XTB acerca de possíveis dados inexatos de que tome conhecimento. Para fornecer outras cópias solicitadas, a XTB pode exigir o pagamento de uma taxa razoável tendo em conta os custos administrativos. O direito de obter uma cópia não prejudica os direitos e as liberdades de terceiros.

Direito de portabilidade dos dados

Nos termos do Artigo 20.º do RGPD, o titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à XTB, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, se o tratamento se basear no consentimento ou num contrato e se o tratamento for realizado por meios automatizados. O titular dos dados tem ainda o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível.

Direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, caso considere que o tratamento de dados pela XTB viola o RGPD. Este direito resulta do Artigo 77.º do RGPD. Nos termos da lei portuguesa, a autoridade de controlo é a CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados <https://www.cnpd.pt/>, com sede na Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa.

O direito de revogar o consentimento



Quando a base para o tratamento dos seus dados pessoais for o seu consentimento, tem o direito de retirar o seu consentimento em qualquer altura, sem afetar a legalidade do tratamento efetuado com base no seu consentimento antes da sua retirada.

7. QUAL O PRAZO PARA RESPOSTA AOS SEUS PEDIDOS?

Caso exerça um dos direitos acima descritos, a XTB dará seguimento ou poderá recusar-se a dar seguimento ao pedido (nos termos previstos na lei). Será informado sobre as medidas tomadas nos termos dos Artigos 15.º a 22.º do RGPD no prazo máximo de um mês a contar da data de receção do pedido. Esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e o número de pedidos. A XTB informará o titular acerca de alguma prorrogação e dos motivos subjacentes.

8. O FORNECIMENTO DE DADOS PESSOAIS À XTB É OBRIGATÓRIO?

A comunicação de dados à XTB com a finalidade de celebrar e executar um contrato de serviços de intermediação financeira, constitui uma obrigação legal ou contratual. Caso não forneça esses dados, não poderemos celebrar um contrato, executar o mesmo ou dar seguimento a pedidos apresentados por si ao abrigo do contrato.

Caso apresente uma queixa, reclamação ou pedido, o fornecimento de dados pessoais é necessário para que possamos gerir esse pedido e apresentar-lhe uma resposta.

Caso não forneça dados pessoais à XTB, não poderemos celebrar e executar um contrato de serviços de intermediação financeira ou responder às suas solicitações.

9. EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS E EM QUE MEDIDA TOMAMOS DECISÕES AUTOMATIZADAS E REALIZAMOS DEFINIÇÃO DE PERFIS (PROFILING)?

Definição de perfis (*profiling*) para cumprimento das obrigações de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

De acordo com a legislação aplicável à prevenção do branqueamento e financiamento do terrorismo, a XTB é obrigada a avaliar o risco de prática desses ilícitos e à aplicação de medidas de segurança que os previnam. Por essa razão, tratamos dados para levar a cabo uma avaliação adequada do risco e aplicamos as referidas medidas de segurança.

Ao realizar esta avaliação, consideramos a informação constante dos documentos que nos disponibilizou para a celebração de um contrato ou ordem de transação. A avaliação de risco é feita com base em critérios previamente estabelecidos, tais como, mas não limitados a critérios económicos, geográficos, em razão da matéria e comportamentais.

Em consequência, atribuímos-lhe automaticamente um grupo de risco. Caso se enquadre num grupo de risco não aceite pela XTB, um bloqueio automático poderá ser desencadeado e não iremos estabelecer uma relação consigo.

Tem o direito de contestar a decisão automatizada que lhe atribuiu um grupo de risco e que resultou na possibilidade, ou não, de aproveitar uma oferta específica. Tem também o direito de manifestar o seu ponto de vista e de obter intervenção humana da XTB (isto é, a análise da informação e tomada de decisão humana).

Definição de perfis (*profiling*) de público-alvo

As normas aplicáveis à gestão de produtos obrigam a XTB a analisar os instrumentos financeiros que oferece, no que diz respeito à respetiva adequação a cliente pertencente a determinados grupos-alvo. Esta análise tem como objetivo assegurar que os instrumentos financeiros que oferecemos, bem como a nossa estratégia de distribuição, estão em linha com as necessidades, características e objetivos do grupo de adquirentes (o designado público-alvo). Para esta finalidade examinamos, entre outros aspetos, a sua tolerância ao risco e situação financeira.

Iremos atribuí-lo a um determinado público-alvo com base na informação que recolhemos diretamente e utilizando as soluções implementadas pela XTB.

Tem o direito de contestar a decisão automatizada que lhe atribuiu um público-alvo e que resultou na possibilidade, ou não, de aproveitar uma oferta específica. Tem também o direito de manifestar o seu ponto de vista e de obter intervenção humana da XTB (isto é, a análise da informação e tomada de decisão humana).

10. Aplicações móveis

Esta seção descreve a política de privacidade das aplicações móveis da XTB.

O dispositivo móvel armazena, de forma cifrada, um Identificador da Aplicação único (parâmetro criado pela XTB durante o processo de registo na Aplicação) que é armazenado no dispositivo até que a aplicação seja removida do mesmo.



O Identificador da Aplicação acima referido, bem como informações sobre a marca, modelo e identificador do hardware do dispositivo móvel são enviados para a XTB durante o processo de registo do dispositivo móvel na Aplicação e são usados para identificar de forma explícita a Aplicação e o dispositivo móvel.

As comunicações entre a Aplicação móvel e os sistemas da XTB é realizada com recurso a mecanismos modernos de cifragem.

De modo a permitir que a nossa aplicação funcione corretamente, iremos solicitar-lhe as permissões devidas durante a instalação ou na primeira utilização das funções da Aplicação que utilizem determinado módulo no seu telefone. No painel de configurações do seu dispositivo móvel pode verificar e gerir as permissões concedidas à Aplicação da XTB. Pode revogar as permissões concedidas alterando as configurações no dispositivo móvel ou desinstalando a aplicação móvel.

Dependendo da plataforma móvel, a Aplicação da XTB poderá ter os seguintes acessos no dispositivo móvel:

- Acesso à Internet, incluindo ao seu endereço de IP, receção de dados da Internet para a realização de transações;
- Acesso à câmara e ao microfone para confirmar a sua identidade (serviço de identificação através de vídeo) durante o registo na conta real;
- Acesso à localização GPS para facilitar o processo de registo,
- Acesso a multimídia e à memória interna para fazer *upload* de uma fotografia a partir dos seus documentos durante o registo na conta real, bem como com a finalidade de gravar fotografias ou *screen shots*;
- O uso de identificadores de publicidade móvel (Google Advertising ID e Apple IDFA) para rastrear a eficácia das nossas campanhas publicitárias e da instalação da nossa aplicação;
- Acesso a características biométricas (leitor de impressão digital, Face ID, Touch ID) de forma a permitir o acesso seguro às aplicações;
- Leitura do estado e de informação do dispositivo para permitir notificações e comunicação com o servidor;
- Acesso à conexão de rede e informações de Wi-Fi para verificar o acesso à Internet;
- Funções de vibração para comunicar um evento ou ação na interface do utilizador (Experiência de Utilizador);
- Função que permite manter o ecrã ligado, para evitar que o telefone entre em modo de suspensão;
- Instalação de fontes para fins analíticos e de marketing.

A aplicação móvel armazena o login e um número de telefone, que podem constituir dados pessoais, desde que o login inclua o nome e o apelido do utilizador. Estes dados serão utilizados para a prestação dos nossos serviços. A XTB poderá tratar dados anónimos relativos à atividade do utilizador nas aplicações móveis, para fins estatísticos.

Em acréscimo, a XTB informa que as aplicações possuem ferramentas conectadas disponibilizadas pelas seguintes entidades:

- Google Firebase – recolha de estatísticas de desempenho da aplicação e informação sobre a utilização pelos clientes da aplicação, incluindo informação sobre erros. Mais informação disponível em: <https://firebase.google.com/support/privacy>
- Onfido – concretização do processo de verificação da identidade, através do serviço de vídeo-verificação. Mais informação disponível em: <https://onfido.com/privacy>
- Lokalise – tradução automática de conteúdo disponibilizado na aplicação. Mais informação disponível em: <https://lokalise.com/privacy-policy>
- AppsFlyer – recolha de estatísticas sobre campanhas de promoção da aplicação móvel e informação acerca da utilização pelos clientes da aplicação. Mais informação disponível em: <https://www.appsflyer.com/trust/privacy>
- Intercom - para comunicação por chat usando chatbots, mais informações: <https://www.intercom.com/legal/privacy>